

PREFÁCIO A UM LIVRO DE JOSÉ OCTÁVIO

Hélio Jaguaribe

O presente livro de José Octávio de Arruda Mello (**A Revolução Estatizada: um estudo sobre a formação do centralismo em 30**, Mossoró, 1984), originariamente sua tese de Mestrado de História na Universidade Federal de Pernambuco, constitui uma importante contribuição do animador do **Grupo José Honório Rodrigues** à temática da Revolução de 1930.

O recente transcurso do centenário de nascimento de Getúlio Vargas incentivou um renovado interesse por esse fundamental episódio da História brasileira que foi a derrocada da República Velha e a configuração de uma nova ordem no País. Circunstâncias recentes, ligadas à exaustão do modelo militar instaurado em 1964, chamam igualmente a atenção dos estudiosos para as ocorrências de 30, por diversas analogias que se vão apresentando entre fatos de então e de agora. A publicação do livro de José Octávio — que de muito transcende o nível de uma tese de mestrado — veio assim coroar todo um movimento de renovação e revisão historiográficas em torno dessa temática.

Com **A Revolução Estatizada**, o coordenador do **Grupo José Honório Rodrigues** resgata uma dívida intelectual que tinha com seus amigos e, sobretudo, com a atual Historiografia brasileira. Com efeito, de há muito José Octávio se tornara relevante porta-voz de uma nova visão histórico-social do País, para cuja formação tanto contribuiu o autor da **Teoria da História do Brasil**, cujo nome, em sua homenagem, José Octávio e seus companheiros deram ao grupo de estudos que formaram na Paraíba. Circunstâncias de vida e de temperamento, entretanto, vinham conduzindo José Octávio a dispersar, através de múltiplos artigos, conferências e entrevistas, sua reflexão sobre o curso da sociedade brasileira, desde a crise da Velha República. O muito que tinha a dizer foi, finalmente, compendiado neste livro.

Trata-se de um trabalho de amplas proporções, não por prolixidade ou desnecessárias digressões mas porque, partindo de uma concepção ampla como o exigiam o assunto e a perspectiva em que se situa, busca combinar o estudo do processo global da revolução de 1930, seus antecedentes e suas conseqüências, com a concomitante análise de aspectos fundamentais do processo no nível regional, no Nordeste e no Rio Grande do Sul. O resultado desse esforço, se nem sempre tão sistemático como o poderia permitir uma reescritura do texto, é um grande afresco

histórico-sociológico, que proporciona uma das melhores visões de conjunto dos acontecimentos a que se refere. Acrescente-se que a combinação entre a análise dos eventos no plano nacional e os estudos regionais, nos contextos do Nordeste e do Rio Grande do Sul, constitui, pela recíproca iluminação dos dois planos, uma importante e original contribuição à compreensão do processo global.

O estudo de José Octávio conduz a duas conclusões básicas. A primeira, de ordem geral, no sentido de que a Revolução de 1930 foi um movimento progressista e não, propriamente, democrático, que conduz à superação do privatismo político imperante na República Velha e, em sua substituição, implanta um Estado centralizador, de caráter autoritário-corporativista. A segunda conclusão de José Octávio, relativa às condições prevalescentes no Nordeste, é no sentido de que ali já se achava em declínio o velho coronelato, por sua incapacidade de se ajustar às exigências subseqüentes à Primeira Guerra Mundial. O governo de João Pessoa, na Paraíba, exprime, por antecipação ao movimento de 30, essa superação do coronelismo clássico, cuja inconformidade com as novas condições conduz à revolta de Princesa.

José Octávio explora, de forma extremamente interessante e sempre bem documentada, o potencial de autoritarismo contido no movimento de 1930. Um autoritarismo cujas raízes mergulham, no Rio Grande do Sul, na tradição positivista do borgismo e do castilhismo e na íntima associação, na cultura gaúcha, entre a sociedade civil e a vida militar. É o autoritarismo dos tenentes, mas também de Getúlio Vargas e de seu oficial sênior, o então Coronel Góes Monteiro. É um autoritarismo que se transportará para o Nordeste, lá impedindo que a revolução do povo se consolide num regime popular, acolhendo as fortes inspirações socialistas, com toques anárquicos, provenientes do Recife. Um autoritarismo que desembocaria, naturalmente, no golpe de 1937 e sua construção, o **Estado Novo**. Um autoritarismo, finalmente, que se revela, segundo José Octávio, no processo através do qual o tenentismo de trinta se converte, por mediações que passam por 1937 e pelo **Estado Novo**, em um militarismo que se apropriará de parcelas cada vez maiores do Estado e, com 1954, 1964 e 1969, submeterá a sociedade civil à sua crescente dominação.

Tenho sustentado, em diversos escritos, a tese de que Getúlio Vargas, ao combinar sua profunda vontade de poder com sua extraordinária capacidade de captar, em momentos cruciais, o sentido do processo histórico e se fazer representativo dele, foi conduzido a exercer três diferentes papéis, no curso de sua vida política. Liberal, nos episódios ligados à Revolução de 1930, protofascista com o **Estado Novo**, trabalhista democrático, no seu último governo. Será compatível essa interpretação de Vargas com a bem fundamentada análise que nos dá José Octávio do

autoritarismo contido na Revolução de 1930 ? Essa questão, aberta, como tantas interpretações histórico-sociais, a controvérsias de difícil elucidação, requer, entretanto, para que se intente compreendê-la, uma visão mais ampla do processo sócio-político brasileiro, de que 1930, 1937 e 1950, entre outros, são momentos relevantes.

No fundamental, refiro-me ao fato de que o difícil e contraditório processo de democratização da sociedade e dos Estados brasileiros, como ocorreu em todas as sociedades em que tal processo teve suficiente desenvolvimento, se vem realizando, de forma conflitante e não linear, por sucessivas etapas. A democracia sempre começa como uma Democracia de Notáveis, seja na Atenas de Sólon, seja na Europa das monarquias constitucionais de fins do século XVIII e princípios do XIX. Em seguida, quando o processo tem continuidade, as sociedades transitam, sob tensões e conflitos, para uma Democracia de Classe Média, como ocorreu com a Atenas de Clístenes e a Europa a partir de meados do século XIX. A etapa seguinte, quando o processo prossegue, novamente em regime de tensões e conflitos, é a da Democracia das Massas, como na Atenas de Péricles e na atual Europa do "welfare state".

O Brasil de 1930 rompe com a Democracia de Notáveis da Velha República, herdeira da do Império e instaura, em regime de tensões e conflitos, um processo encaminhado, ainda que sob direção autoritária, para uma Democracia de Classe Média, que terá uma breve experimentação com a Constituição de 1934 e uma experiência mais bem sucedida com a de 1946. Essa Democracia de Classe Média, pela mediação do populismo, caminhava para se transformar em uma Democracia de Massas. 1954 e, novamente, 1964, interromperam esse processo, como 1932 tentou impedir o advento da Democracia de Classe Média. Mas o processo de democratização da sociedade brasileira, a despeito dos autoritarismos de nossas tradições e do regime instaurado em 1964, dá mostras de renovado vigor.

O autoritarismo da Revolução de 1930, que este estudo de José Octávio tão bem elucida, constitui, na verdade, um importante ingrediente do curso dialético de nosso processo de democratização. É um autoritarismo de classe média, exercido, inicialmente, contra os notáveis da Velha República e, posteriormente, contra as primeiras manifestações da emergência de uma democracia de massas. Napoleão III, na França do século XIX, ante as primeiras aspirações à democracia de massas e o "petainismo" nas circunstâncias da Segunda Guerra Mundial, foram reações da classe média francesa contra um processo que, entretanto, terminou se consolidando no bojo da 5ª República. No Brasil, este processo está em aberto. Vencida a etapa da Classe Média, a democracia, ao se reabrirem as possibilidades para sua implantação ou se consolida, institucionalmente, com uma democracia de massas e um Estado de Bem-Estar Social, ou não se consolida de nenhuma forma, prologando-se, correspondentemente, o estado de crise e de tensão social.